

# O DESTINO DOS RESTOS MORTAIS DO 'GAUDÍ DE AVEIRO'

Cláudia Sobral

claudia.sobral@sol.pt

Com a expropriação do jazigo da família, os restos mortais do Francisco da Silva Rocha foram depositados, juntamente com os dos familiares, num talhão em terra. Desde 2015 que a família procura na Justiça recuperar o jazigo e determinar a localização exata das osadas. Ao SOL, a resposta da junta de freguesia que gere o cemitério de Aveiro foi de «silêncio absoluto».

**H**á duas décadas que Maria João Fernandes, crítica de Arte no *Jornal de Letras* e ensaísta, se vem batendo pela defesa do património arquitetónico da Arte Nova em Aveiro. Afinal, é bisneta do arquiteto Francisco da Silva Rocha, que José-Augusto França descreveu como o responsável maior pela presença dessa arquitetura na capital da Arte Nova em Portugal. «Se Aveiro pode gabar-se de ser a 'capital da Arte Nova em Portugal', se há Arte Nova em Aveiro, é graças à obra de Silva Rocha», escreveu o historiador da arte num abaixo-assinado lançado por Maria João Fernandes em 2006 para a atribuição do nome do arquiteto ao Museu Arte Nova, em Aveiro. O documento reúne as assina-

turas de personalidades como Marcelo Rebelo de Sousa, Jorge Sampaio, Eduardo Lourenço, Álvaro Siza Vieira ou Júlio Pomar. Maria João Fernandes vai mais longe e refere-se ao seu bisavô como «o Gaudí português».

Mas há quatro anos que a luta deixou de ser apenas pela preservação da arquitetura da Arte Nova naquela cidade, cujos edifícios tem lutado por classificar para que não corram, à semelhança do que aconteceu com a Casa de Homem Cristo e várias outras, o risco de desaparecer.

Com as palavras de José-Augusto França iniciava um dos muitos textos através dos quais trava uma luta que, quatro anos depois, continua por resolver: «Violação pela Junta de Freguesia do jazigo de família de João Pedro Soares onde se encontrava Sil-

va Rocha e família», intitulava-se o artigo no *Diário de Aveiro*. No final de 2014 sem que, segundo afirma, a família tenha sido notificada, o jazigo foi expropriado à família pela Junta da União das Freguesias de Glória e Vera-Cruz, responsável pela gestão do Cemitério Central de Aveiro.

A bisneta de Silva Rocha conta ao SOL que, em março de 2015, «sem que tenha sido cumprida qualquer das formalidades legais obrigatórias de notificação dos familiares, as urnas perpétuas que se encontravam no interior do jazigo n.º 32, tanto nas prateleiras da capela como da cave selada, foram daí retiradas».

Só no final desse ano, com a visita de um familiar ao cemitério, descobririam que o jazigo tinha sido esvaziado, no que descrevia

nesse artigo de 2015 como um ato que «atinge duramente, em primeiro lugar, a família dos lesados, e em segundo lugar toda a sociedade, todos aqueles que têm parentes queridos cuja memória se sentem no direito de preservar».

## Corpos enterrados num talhão de terra

Segundo contou agora ao SOL, ao fim de quatro anos de uma batalha judicial contra a Junta de Freguesia não só para reaver o jazigo como para recuperar os restos mortais daí retirados, os familiares continuam até agora sem informação sobre o destino das urnas «que foram partidas», bem como sobre «o que aconteceu aos respetivos invólucros de chumbo e aos restos mortais, agora impossíveis de identificar a não ser por testes de ADN». Isto porque, segundo diz, «todos os inumados no jazigo 32 foram lançados num único talhão de terra com toda a configuração de uma vala comum». Maria João Fernandes, que Álvaro Siza Vieira descreveu como a figura que «produziu a primeira definição de Arte Nova em Portugal, que a coloca [...] como a verdadeira responsá-

FOTOS DR

